



CONTROLADOR INTERNO

PORTUGUÊS

01. Assinale a única opção cujas palavras completam corretamente as lacunas da sentença:

“O amor às vezes quer um _____, pois o coração sofre toda vez que o sentimento ameaça _____ . É que os amantes, com suas _____, navegam mares revoltos pelas _____ emocionais, mares difíceis de _____.”

- (A) remanço, recrudecer, suscetibilidades, proscelas, singlar;
- (B) remansço, recrudescer, sussetibilidades, prosselas, cingrar;
- (C) remanso, recrudecer, sucetibilidades, procelas, singlar;
- (D) remanso, recrudescer, suscetibilidades, procelas, cingrar;
- (E) remanso, recrudescer, suscetibilidade, procelas, singlar.

02. Analise as assertivas e depois responda à questão proposta.

- I. De acordo com a recente reforma ortográfica, a palavra “heroi” perdeu o acento agudo que ostentava.
- II. A palavra “Luís” recebe acento agudo, pois se trata de uma oxítone terminada em “is”.
- III. “Até” é palavra que recebe acento por ser uma monossílabo tônica terminada em “e”.

- (A) apenas I está correta;
- (B) apenas II está correta;
- (C) apenas III está correta;
- (D) todas as estão corretas;
- (E) todas as estão incorretas.

03. Em face do uso dos porquês, assinale a única opção cujo período ostente emprego correto:

- (A) “Por quê Deus permite que as mães vão-se embora?” (Carlos Drummond de Andrade);
- (B) Noel Rosa explicou o porquê: “Roupa preta é vaidade/ para quem se veste a rigor/ o meu luto é a saudade/ e a saudade não tem cor”;
- (C) “Estou-me a vir/e tu como é que te tens por dentro?/Porquê não te vens também?” (Caetano Veloso);
- (D) “Não sei porque você se foi, tantas saudades eu senti.” (Tim Maia);
- (E) “Eu sem você/Não tenho por quê/Sem você, não sei nem chorar.” (Vinicius de Moraes).

04. Todas as palavras são formadas por aglutinação na opção:

- (A) aguardente, girassol, foto;
- (B) desleal, planície, cobalto;
- (C) água-viva, amoníaco, alface;
- (D) embora, Fonseca, planalto;
- (E) cooptar, micro-ondas, contralto.

05. Considerando as hipóteses de incidência do acento grave (denotativo da crase), analise as assertivas e depois responda à questão proposta.

- I. Voltei à Curitiba dos pinheiros, do leite quente e da polaquinha de Dalton!
- II. Daí à César o que é de César e a Deus o que é de Deus!
- III. Quando o inverno chegar, eu quero estar junto à ti.

- (A) apenas I está correta;
- (B) apenas II está correta;
- (C) apenas III está correta;
- (D) todas as assertivas estão corretas;
- (E) todas as assertivas estão incorretas.

06. “Depois do café, Paulinho pegava o papel do embrulho, alisava, cortava as partes amassadas e esticava o barbante, sempre sob o olhar curioso do irmão Francisco. Paulinho fazia pipas e vendia pela vizinhança, ganhando o dinheirinho que, segundo ele, seria usado para comprar uma camisa do Atlético Paranaense”.

Sintaticamente, os trechos sublinhados devem ser classificados, respectivamente, como:

- (A) Adjunto adverbial de tempo, oração coordenada sindética aditiva, objeto direto, complemento nominal;
- (B) Adjunto adnominal, oração subordinada substantiva aditiva, objeto direto, complemento nominal;
- (C) Aposto explicativo, oração coordenada assindética, objeto direto, predicativo do objeto;
- (D) Aposto explicativo, oração subordinada adverbial de modo, objeto indireto, predicativo do objeto;
- (E) Adjunto adverbial de causa, oração coordenada sindética causal, objeto direto, agente da passiva.

07. “Fracassei em tudo o que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.”

(Darcy Ribeiro)

Quanto ao trecho **NÃO** se pode afirmar que:

- (A) a oração “alfabetizar as crianças brasileiras” deve ser classificada como subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo;

- (B) apresenta sujeito indeterminado evidenciado pelo uso da partícula “se”, apassivadora do sujeito;
- (C) em “Mas os fracassos são minhas vitórias”, tem-se conjunção adversativa;
- (D) “Tentei fazer uma universidade séria” - no período, o verbo “tentar” é transitivo direto;
- (E) “... os fracassos são minhas vitórias” - no período, o verbo “ser” é de ligação.
- 08.** Assinale a única opção que apresenta uso de vocativo.
- (A) O São Francisco lá pras bandas da Bahia diz que - dia, menos dia - o sertão vai se acabar.
- (B) Tudo que a gente precisa é isto: fé em Deus e pé na tábua!
- (C) Ainda que eu falasse a língua dos homens e falasse a língua dos anjos, sem amor, eu nada seria.
- (D) Ó minha amada, que olhos os teus!
- (E) A Constituição cidadã - promulgada naquela manhã de cinco de outubro - previa novos direitos e, mais do que isso, restaurava a esperança!
- 09.** Considerando as normas afetas à Regência Verbal, analise as assertivas e responda à questão proposta.
- I. Eu nunca namoraria com uma médica!
- II. Receosa, Nayara gostou do vinho e depois declarou: “ele é ácido demais!”
- III. Assisti o filme sentado numa poltrona desconfortável!
- (A) apenas I está correta;
- (B) apenas II está correta;
- (C) apenas III está correta;
- (D) todas estão corretas;
- (E) todas estão incorretas.
- 10.** Dadas as ocorrências, assinale aquela que estiver em desacordo com as normas gramaticais atinentes à Regência Nominal:
- (A) Raul é incapaz de fazer um gesto grosseiro.
- (B) Os estudantes fizeram apologia da maconha e foram corretamente admoestados.
- (C) Teu comportamento é passível de multa.
- (D) Celso é versado em Química.
- (E) O aluno dedicado conseguiu um triunfo sobre a insípida cartilha.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 11.** “A fiscalização orçamentária compreende o controle interno e o controle externo da execução orçamentária.”
- Com relação ao controle externo, é correto afirmar que:
- (A) será realizado exclusivamente pelos respectivos Tribunais de Contas (União, Estados e Municípios);

- (B) será realizado pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas;
- (C) será realizado pelo Poder Legislativo e Poder Judiciário, conjuntamente;
- (D) será realizado pelo Poder Judiciário;
- (E) será realizado pelo Tribunal de Contas, com o auxílio do Poder Judiciário.

- 12.** Conforme a legislação vigente no Brasil, decorrente de determinação constitucional, o Sistema de Planejamento Integrado, também conhecido como processo de Planejamento-Orçamento, consubstancia-se nos seguintes instrumentos:
- (A) Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; e Lei de Orçamentos Anuais;
- (B) Programação Financeira de Desembolso Mensal e Orçamento-Programa Anual;
- (C) Orçamento-Programa Anual e Programas Regionais e Municipais de duração continuada;
- (D) Lei de Diretrizes Orçamentárias e Programas de duração continuada;
- (E) Plano Plurianual; Programas Gerais, Setoriais e Regionais de duração continuada; e Lei de Orçamentos Anuais.
- 13.** Conforme determina a Constituição Federal, a lei que instituir o Plano Plurianual deve estabelecer, de forma regionalizada:
- (A) os projetos e atividades orçamentários da Administração Pública nas esferas federal, estadual e municipal;
- (B) os pagamentos de juros da dívida pública, bem como os pagamentos do principal;
- (C) os créditos adicionais suplementares e especiais;
- (D) as receitas correntes e de capital, e a previsão de despesas para o exercício seguinte;
- (E) as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras decorrentes.
- 14.** Segundo determinação constitucional, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais, compreendendo:
- (A) a programação financeira de desembolso mensal;
- (B) o orçamento de investimentos das empresas, apenas, em que a Prefeitura direta ou indiretamente detenha a maioria ou minoria do capital social com direito a voto;
- (C) o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social, apenas, no que tange às receitas e despesas;
- (D) o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas e o orçamento da seguridade social, de forma a adequá-los às diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública estabelecidos no Plano Plurianual;
- (E) os programas gerais, setoriais e regionais de duração continuada.

15. Além das disposições constitucionais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá dispor também sobre:
- (A) o crédito adicional especial a ser aberto no exercício seguinte;
 - (B) o equilíbrio entre receitas e despesas, apenas, previstas para o exercício seguinte;
 - (C) o equilíbrio entre receitas e despesas; os critérios e forma de limitação de empenhos e as normas relativas ao controle de custos;
 - (D) as normas de avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos transferidos, mas não contemplados na Lei Orçamentária anual ou nos créditos adicionais;
 - (E) o déficit orçamentário previsto para o exercício seguinte.
16. A Lei Complementar Federal N° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) define para a execução orçamentária e o respectivo cumprimento das metas orçamentárias que o Poder Executivo deverá elaborar, dentre outras:
- (A) o projeto do Plano Plurianual;
 - (B) a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;
 - (C) o projeto do Orçamento-Programa;
 - (D) o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
 - (E) o Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária.
17. Em relação ao Pregão, nova modalidade de licitação, é correto afirmar:
- (A) a fase de habilitação ocorre *a posteriori*, em relação ao julgamento da proposta;
 - (B) não se leva em conta a habilitação do licitante;
 - (C) novo pregão deverá ser realizado quando o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias;
 - (D) os lances serão sempre por escrito, durante o curso da sessão;
 - (E) novo pregão deverá ser realizado quando da exigência de garantia de proposta.
18. “O Art. 9º da Resolução CFC 750, de 29 de Dezembro de 1993, diz que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.”
- Segundo o parágrafo 3º as receitas consideram-se realizadas:
- I. No recebimento efetivo de doações e subvenções.
 - II. Pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.
 - III. Pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.
 - IV. Quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiros.

- V. Quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.

Está correta a alternativa:

- (A) apenas I, II e V são corretas;
- (B) apenas II, IV e V são corretas;
- (C) apenas I, III e IV são corretas;
- (D) apenas III e IV são corretas;
- (E) apenas II e III são corretas.

19. “Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade.”

Sobre Balanço Patrimonial assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso:

- () Ao término do exercício, como se faz em todos os meses, procede-se ao levantamento do balancete de verificação, com o objetivo de conhecer os saldos das contas do livro razão e conferir sua exatidão.
- () As contas do balancete, no fim do exercício, sejam patrimoniais ou de resultado, nem sempre representam, entretanto, os valores reais do patrimônio, naquela data, nem as variações patrimoniais do exercício, porque os registros contábeis não acompanham a dinâmica patrimonial no mesmo ritmo em que ela se desenvolve.
- () No balancete são relacionadas todas as contas utilizadas pela empresa, quer patrimoniais, quer de resultado, demonstrando seus débitos, créditos e saldos.
- () As Contas patrimoniais, também conhecidas como Contas Extrapatrimoniais, compreendem em um sistema de contas próprias para o registro de atos administrativos relevantes, que são atos cujos efeitos podem trazer futuras modificações no patrimônio da entidade.
- () O patrimônio líquido representa os valores que os sócios ou acionistas têm na empresa em um determinado momento. No balanço patrimonial, a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos e resultado de exercícios futuros representa o PL (Patrimônio Líquido), que é o valor contábil devido pela pessoa jurídica aos sócios ou acionistas, baseado no Princípio da Entidade.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, V, F, V;
- (B) F, V, V, F, V;
- (C) V, F, F, V, V;
- (D) F, F, V, V, F;
- (E) V, V, F, V, F.

20. "No registro dos fatos contábeis permutativos, a contabilidade aplicada às entidades do setor público utiliza conceitos próprios que são as mutações e as interferências."
- Assinale a alternativa a seguir em que ocorre uma mutação ativa na contabilização.
- (A) Aquisição de serviços.
 (B) Pagamento de empréstimo contraído.
 (C) Pagamento de pessoal.
 (D) Recebimento de material permanente por doação.
 (E) Aquisição de material de consumo para estoque no almoxarifado.

21. Dados extraídos da Demonstração de Resultado da Costa do Sol Imóveis, relativa ao exercício encerrado em 31/12/2011 (em R\$):

Receita Bruta de Vendas	650.000,00
Descontos incondicionais concedidos a terceiros	30.000,00
Descontos financeiros por antecipação de pagamento	40.000,00
Despesas com vendas	35.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	320.000,00
Tributos incidentes sobre vendas	120.000,00

O lucro bruto do período, em R\$ foi igual a:

- (A) 145.000,00;
 (B) 210.000,00;
 (C) 195.000,00;
 (D) 180.000,00;
 (E) 140.000,00.
22. O Ativo Não Circulante, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes, é constituído pelos seguintes subgrupos:
- (A) Realizável a longo prazo, Investimentos, Diferido e Imobilizado;
 (B) Intangível, Imobilizado e investimentos;
 (C) Intangível, Diferido, Investimentos e Imobilizado;
 (D) Investimentos, Realizável a longo prazo, Imobilizado e Diferido;
 (E) Realizável a longo prazo, Intangível, Investimento e Imobilizado.
23. Conforme a legislação tributária nacional, tributo significa:
- (A) toda a prestação pecuniária compulsória instituída em lei;
 (B) toda a prestação pecuniária facultativa instituída em lei;
 (C) toda prestação pecuniária cobrada mediante atividade administrativa não vinculada;
 (D) uma sanção de ato ilícito definido em lei;
 (E) uma receita de contribuições.

24. Um tributo cuja obrigação tem como fato gerador uma situação, independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, é denominado:
- (A) contribuição de melhoria;
 (B) imposto;
 (C) taxa pelo exercício do poder de polícia;
 (D) taxa pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis;
 (E) contribuição para fiscal.
25. Sobre o Sistema Tributário destacam-se alguns aspectos que devem ser levados em consideração, sendo correto afirmar:
- (A) é facultado aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
 (B) é facultado aos Municípios cobrar tributos sem que haja sido publicada lei que os instituiu ou aumentou, desde que seja no mesmo exercício financeiro;
 (C) é permitido cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos até 30 (trinta) dias antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
 (D) é vedado aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
 (E) a cobrança de tributos sempre depende de um Decreto que institua a suas espécies no Município.
26. A receita orçamentária pública municipal compreende:
- (A) os recebimentos de impostos de esferas governamentais diferenciadas;
 (B) os recebimentos de taxas de esferas governamentais diferenciadas;
 (C) a apropriação dos recursos de operações de crédito por antecipação de receita;
 (D) entradas compensatórias no Ativo e Passivo Financeiro;
 (E) os recolhimentos de numerário feitos aos cofres públicos.
27. Com relação à inscrição do débito em dívida ativa, é correto afirmar que, dentre outras, traz como consequência:
- (A) dar origem à instauração de contencioso tributário administrativo em face do sujeito passivo;
 (B) encerrar a discussão judicial do crédito tributário, considerando-se que a inscrição do débito em dívida ativa somente ocorre após o trânsito em julgado da decisão que apreciou o mérito da pretensão fiscal do sujeito ativo;
 (C) instrumentalizar a Fazenda Pública com título hábil para que se proceda a execução fiscal;
 (D) dar início à contagem do prazo prescricional para sua cobrança, desde a data em que ocorreu a inscrição;
 (E) constituir o devedor em mora, passando a incidir juros e correção monetária sobre o débito original.

28. É correto afirmar que a nulidade de inscrição da dívida ativa, decorrente da omissão de dados que dela obrigatoriamente deveriam constar:
- (A) pode ser sanada somente até a decisão de primeira instância;
 - (B) pode ser sanada em qualquer fase processual;
 - (C) pode ser sanada somente até a decisão de segunda instância;
 - (D) pode ser sanada somente depois da execução fiscal da dívida;
 - (E) não pode ser sanada, em hipótese alguma.
29. De acordo com o Código Tributário Nacional, são requisitos essenciais para a inscrição da dívida ativa:
- (A) o nome do devedor e seu domicílio ou residência; a quantia devida; e a data da inscrição, somente;
 - (B) o nome do devedor e seu domicílio ou residência; a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos; a origem e a natureza do crédito, mencionada, especificamente, a disposição da lei ou processo administrativo em que seja fundado; e a data da inscrição;
 - (C) o nome do devedor, a quantia devida e a data da inscrição, somente;
 - (D) o nome do devedor e seu domicílio ou residência; e a data da inscrição, independente da quantia devida, a ser calculada apenas quando da execução fiscal;
 - (E) o nome do devedor e seu domicílio ou residência; a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos; a origem e a natureza do crédito; e a data da inscrição, sendo desnecessário especificar a disposição da lei ou processo administrativo que fundamentou a inscrição.
30. Os impostos, as taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, e a contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, constituem:
- (A) a Receita Tributária e a Receita de Contribuições;
 - (B) a Receita Tributária, somente;
 - (C) a Receita de Contribuições e a Receita de Serviços;
 - (D) a Receita Tributária e a Receita de Serviços;
 - (E) a Receita de Serviços, somente.
31. A Lei de Licitações, em seu artigo 43, determina que a licitação será processada e julgada com observância dos procedimentos a seguir relacionados, dentre os quais **NÃO** se encontra:
- (A) abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;
 - (B) devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;
 - (C) abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
 - (D) deliberação expressa da autoridade competente quanto à homologação da Minuta do Edital;
 - (E) julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.
32. O Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal, normatizado em Instrução Técnica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, aplica-se:
- (A) aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
 - (B) somente aos Poderes Executivo e Judiciário;
 - (C) somente ao Poder Legislativo;
 - (D) somente às Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economias Mista Municipais;
 - (E) aos Poderes Executivo e Legislativo e respectivas entidades da administração indireta.
33. Fundamentando-se nos conhecimentos gerais acerca da Lei Federal nº 4.320/64 - que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal - analise as assertivas marcando (V) às que lhe parecerem verdadeiras e (F) às falsas. Após suas marcações, marque a opção correspondente às suas análises.
- () A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.
 - () Dentre outros, acompanharão a Lei de Orçamento: quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
 - () A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, ficando excluídas apenas as de operações de crédito autorizadas em lei.
 - () A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
 - () Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.

A sequência correta está contida em:

- (A) V, F, F, V, F;
- (B) V, V, F, V, F;
- (C) F, V, V, V, V;
- (D) V, F, F, F, V;
- (E) F, F, V, V, F.

34. A Lei Orgânica de Quitandinha - ao tratar da Organização Político Administrativa, em geral, e da integridade do Município, especificamente - determina que:

- (A) a integridade do Município é cláusula pétrea, não podendo ser alterada;
- (B) é mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada mediante a aprovação da população interessada, em plebiscito prévio;
- (C) é mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada mediante a aprovação da população interessada, em referendo prévio;
- (D) é mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada mediante emenda à Lei Orgânica desde que com a aprovação de pelo menos dois terços da Câmara Municipal;
- (E) é mantida a integridade do Município, que só poderá ser alterada mediante emenda à Lei Orgânica desde que com a aprovação de pelo menos dois terços da Câmara Municipal e aprovação posterior da população interessada em referendo.

35. Quanto aos servidores públicos municipais, à luz da Lei Orgânica de Quitandinha, **NÃO** se pode afirmar que:

- (A) O Município instituirá, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e plano de carreira para os servidores da administração pública municipal, direta ou indireta.
- (B) São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.
- (C) Ao servidor público em exercício de mandato eletivo não se aplicam as disposições da Constituição Federal.
- (D) Nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora, ou que realiza qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão do serviço público.
- (E) É vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa.

36. A Lei Municipal nº 419/98 - que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município e das Fundações Municipais – logo no seu artigo 3º conceitua: “é o conjunto de atribuições e responsabilidades previsto na estrutura organizacional que deve ser cometido a um funcionário”.

O conceito se refere à (ao):

- (A) emprego público;
- (B) exercício;
- (C) nomeação;
- (D) cargo público;
- (E) investidura.

37. O Art. 7º da Lei Municipal nº 419/98 determina que são requisitos básicos para ingresso no serviço público, **EXCETO**:

- (A) a inexistência de antecedentes criminais;
- (B) a nacionalidade brasileira;
- (C) o gozo dos direitos políticos;
- (D) a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- (E) a idade mínima de 18 (dezoito) anos.

38. Nos termos da Constituição Federal de 1988, mais especificamente de seu artigo 153, **NÃO** compete à União instituir impostos sobre:

- (A) importação de produtos estrangeiros;
- (B) exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- (C) renda e proventos de qualquer natureza;
- (D) produtos artesanais manufaturados;
- (E) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

39. A Lei Complementar nº 101/2000, apresenta o seguinte conceito: “montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses”.

Tal definição se refere à (ao):

- (A) dívida pública mobiliária;
- (B) dívida pública consolidada ou fundada;
- (C) operação de crédito;
- (D) concessão de garantia;
- (E) refinanciamento da dívida mobiliária.

40. Instituído o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a Lei Complementar nº 123/2006, em seu artigo 17, determina que não poderá recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que:

- (A) possua ações nominativas no mercado mobiliário aberto;
- (B) não empregue o mínimo exigido por lei de trabalhadores portadores de deficiências físicas (12% do total de empregados);
- (C) receba aporte anual de capital mobiliário advindo do exterior, sendo admitido o aporte advindo de países do MERCOSUL;
- (D) receba aporte anual de capital mobiliário advindo do exterior;
- (E) tenha sócio domiciliado no exterior.